

ESCOBAR, Marçal

*dep. fed. RS 1894-1905 e 1913-1922.

Marçal Pereira de Escobar nasceu em Itaqui (RS) no dia 29 de agosto de 1857.

Formou-se em direito pela Faculdade de São Paulo. Logo depois de formado, foi nomeado promotor público de Pelotas (RS), cargo que exerceu de 1879 a 1881. Foi procurador fiscal no Rio Grande do Sul de 1890 a 1893.

Após a proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, o presidente provisório, marechal Deodoro da Fonseca, marcou eleições para o ano seguinte, na qual seriam eleitos os constituintes que iriam elaborar a primeira Constituição republicana do país. Em 1890, Escobar participou das discussões que culminariam com a promulgação da Constituição brasileira em 24 de fevereiro de 1891.

Ainda em 1890, a junta governativa gaúcha, formada pelo general Manuel Luís da Rocha Osório, Joaquim Francisco de Assis Brasil, João de Barros Cassal e o general Domingos Alves Barreto Leite, nomeou Marçal Escobar chefe de polícia do estado do Rio Grande do Sul. Permaneceu no cargo até novembro do ano seguinte, após a renúncia do marechal Deodoro em 23 de novembro, depois de enfrentar uma crise política que o levou a fechar o Congresso Nacional.

Era membro do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) liderado por Júlio de Castilhos. Em 1892 foi eleito deputado estadual nessa legenda. Assumiu, nesse mesmo ano, sua cadeira na Assembleia Legislativa gaúcha, na qual permaneceu até 1893. De fevereiro desse ano a agosto de 1895 participou da Revolução Federalista, movimento que conflagrou o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Os insurretos federalistas opunham-se ao governo de Júlio de Castilhos e ao governo federal de Floriano Peixoto (1891-1894), que o apoiava. O conflito envolveu amplas forças militares locais e remanescentes da Revolta da Armada, aliados aos federalistas, e se encerraria em agosto de 1895 com a vitória dos republicanos.

Em 1894 foi eleito deputado federal pelo Rio Grande do Sul, sempre na legenda do PRR.

Assumiu, em 22 de novembro desse ano, sua cadeira na Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Foi reeleito em 1897 e exerceu o mandato até dezembro de 1899. Na legislatura seguinte ficou de fora, mas voltou a ser eleito deputado federal pelo Rio Grande do Sul em 1903, exercendo o mandato de maio desse ano a dezembro de 1905. Depois de algum tempo fora do Legislativo Federal, voltou à Câmara dos Deputados em julho de 1913, foi reeleito em 1915, 1918 e 1921, na qual permaneceu até o ano seguinte, quando faleceu.

Faleceu no Rio de Janeiro em outubro de 1922.

Mirna Aragão

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos* (p.177); AITA, C., AXT, G.. *Parlamentares*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; FRANCO, S. *Gaúchos*; POL. CIV. RS. A história da Polícia Civil gaúcha Disponível em: <http://www.pc.rs.gov.br/upload/1293122838_historia_da_policia_civil.pdf>; TRIB. JUST. RS. Disponível em: <http://www.tjrs.jus.br/institu/memorial/RevistaJH/vol1n1n2/04.%20Sergio_Franco.pdf>; TRINDADE, H.; NOLL, M. *Subsídios* (p.176). Disponível em: <http://www2.al.rs.gov.br/biblioteca/LinkClick.aspx?fileticket=vgfo5H4q-JM%3d&tabid=3101&language=pt-BR>